

HABEAS CORPUS Nº 493.900 - CE (2019/0046143-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LUCIANO DANTAS SAMPAIO FILHO
ADVOGADO : LUCIANO DANTAS SAMPAIO FILHO - CE0031151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : BRUNO SILVA SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de BRUNO SILVA SOUZA contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará denegou o *writ* impetrado perante aquela instância (autos de n. 0620055-17.2019.8.06.0000) (e-STJ fl. 127):

PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO TENTADO. EXCESSO DE PRAZO. DEMANDA DENTRO DO LIMITE DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. RISCO À ORDEM PÚBLICA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INADEQUAÇÃO. HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO.

1. Não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo quando a tramitação da ação penal respeitar os limites da razoabilidade.

Precedentes jurisprudenciais lecionam que a duração do processo deve ser analisada de forma global. No caso concreto, em que pese o cancelamento de duas audiências, verifica-se a realização da primeira audiência de instrução em 13/12/2018 e a designação de mais uma para momento muito próximo (12/02/2019 às 14 h).

2. Não merecer acolhida da tese que sustenta carência de fundamentação do decreto de prisão preventiva, pois o modus operandi sugere risco social da liberdade do agente por ora. Assim, é legítima a invocação da garantia da ordem pública com fulcro na gravidade concreta do delito. Não bastasse, o suspeito ainda afirmou perante a autoridade policial que já foi apreendido por ato infracional equiparado a roubo e associação criminosa, fato que reforça a periculosidade do mesmo.

4. A imposição de cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não se mostram recomendáveis no caso em apreço por se revelarem insuficientes diante das especificidades

do caso.

5. *Habeas Corpus* conhecido e denegado. Recomendação de celeridade ao Juízo de origem.

A defesa alega, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de *periculum libertatis*, que seria demonstrado pelas condições pessoais favoráveis ao réu, que é primário, com residência fixa e ocupação lícita, e que está configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo, tendo em vista que a segregação dura mais de 6 meses, sem que a defesa tenha dado causa a essa demora.

Em liminar e no mérito, pede o relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório. **Decido.**

De plano, registre-se que é indevida a impetração de *habeas corpus* como sucedâneo recursal, haja vista o cabimento, em tese, de meio de impugnação com regência legal específica. Nada obstante, no caso em tela, a possibilidade de cognição de ofício de eventual ilegalidade flagrante impõe o exame das teses por meio das quais a defesa se insurge contra acórdão proferido pela instância regional.

As instâncias ordinárias enxergaram indícios de que o paciente, ostentando histórico de atos infracionais equiparados aos crimes de roubo e associação criminosa, teria perpetrado uma violenta tentativa de homicídio (e-STJ fls. 132/133):

Inicialmente, assento que autoria e materialidade estão suficientemente demonstradas através dos depoimentos de testemunhas e na palavra do próprio autor, que confessou a prática da conduta a ele imputada quando ouvido em sede policial. Nesse sentido, transcrevo trecho da fala de Bruno (fl. 41):

“QUE, após ter tomado o punhal de TATIANE, o interrogado se voltou para o mototaxista e disse as seguintes palavras: DIABO É ISSO, MACHO! POR QUE TU TROUXE ELA AQUI? AGORA TU VAI VER; QUE, ele então tentou correr, mas tropeçou e caiu ao chão, de modo que o interrogado ficou sobre

ele, desferindo-lhe vários golpes de punhal; QUE lembra ter desferido golpes no pescoço, na nuca e nas costelas; QUE, após aplicar vários golpes de faca no mototaxista, o interrogado saiu correndo; perguntado se ele ficou caído no chão, respondeu que sim; QUE, acreditando que ele estava morto, o interrogado correu para sua casa, vindo a desmaiar em razão de ter perdido muito sangue.” Importante observar que não há nenhum elemento nos autos a indicar que o mototaxista Antonio tinha conhecimento do intento criminoso de sua passageira. Assim, a investida homicida de Bruno se revela absolutamente imotivada.

Vale ressaltar que a vítima não veio a óbito por razões absolutamente alheias a vontade do suspeito, que a princípio, parece ter exaurido todos os atos executórios, chegando a supor que Antonio já estivesse morto quando cessou os golpes.

(...).

Além do mais, ao ser questionado pela Autoridade Policial se foi preso anteriormente, Bruno respondeu que já foi apreendido quando menor pela prática de atos infracionais equiparados aos crimes de roubo e associação criminosa (vide fl. 40).

Absolutamente não há falar, portanto, na ausência de *fumus comissi delicti* e de *periculum libertatis*, sendo certo que indícios de contumácia delitiva justificam o receio quanto à liberdade provisória do réu, legitimando a prisão preventiva, como instrumento contra a provável reiteração delituosa. Nessa linha de entendimento, confirmam-se os seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. FUMUS COMISSI DELICTI. PERICULUM LIBERTATIS. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA.

(...).

2. O Juízo de primeiro grau apontou concretamente os indícios da autoria e da materialidade do delito, assim como a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal. Isso porque indicou motivação suficiente para justificar a necessidade de colocar o paciente cautelarmente privado de sua liberdade, dada a sua reiteração delitiva (o acusado ostenta condenação anterior por crime de mesma natureza), a despeito de não se tratar de quantidade excessiva de droga apreendida.

3. Ordem denegada.

(HC 426.222/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ,

SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, POSSE DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES E CORRUPÇÃO DE MENOR. NULIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE. QUESTÃO SUPERADA COM A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. PRISÃO AMPARADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO IMPROVIDO.

(...).

3. Na espécie, a segregação preventiva do recorrente encontra-se devidamente motivada, pois destacou o Magistrado de piso a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela apreensão de 350g (trezentos e cinquenta gramas) de maconha, 1 revólver calibre 32, carregado com 6 munições intactas, além de 8 munições calibre 38 e 3 munições calibre 44, todas de uso restrito, e também pela participação de adolescente na empreitada criminosa. O decreto prisional enfatizou, ainda, a reiteração delitiva do recorrente, o qual "possui várias passagens judiciais, inclusive já tendo sido pronunciado pelo também grave, e igualmente hediondo, crime de tentativa de homicídio qualificado". Portanto, a custódia cautelar está justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ante a gravidade efetiva da conduta e a contumácia criminosa do recorrente.

4. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RHC 88.883/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. REGISTRO CRIMINAL ANTERIOR PELO MESMO CRIME. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO EFETIVO. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRIÇÃO JUSTIFICADA. REGIME INICIAL SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE COM O ENCARCERAMENTO CAUTELAR. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA MEDIDA COM O MODO DE

EXECUÇÃO FIXADO NO ÉDITO REPRESSIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADO. RECLAMO IMPROVIDO. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

(...).

2. O fato de o condenado possuir registros penais anteriores, inclusive pelo delito de tráfico de drogas demonstra o risco efetivo de reiteração caso o agente seja solto, corroborando o periculum libertatis exigido para a preventiva.

(...).

7. Recurso ordinário improvido, concedendo-se, contudo, a ordem de habeas corpus de ofício, para determinar que o recorrente aguarde o julgamento da apelação eventualmente interposta no modo semiaberto de execução, fixado na sentença.

(RHC 78.521/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 01/02/2017)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. NEGATIVA DE AUTORIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO QUE VISA OBSTAR A CONTINUIDADE DELITIVA. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

(...).

III - No caso, a prisão preventiva para a garantia da ordem pública está devidamente fundamentada em elementos extraídos dos autos a indicarem que o recorrente estaria prosseguindo com os negócios da quadrilha liderada por seu irmão, coordenando a distribuição das drogas e a arrecadação do dinheiro oriundo do tráfico na municipalidade, o que patenteia o periculum libertatis e demonstra o risco de reiteração delitiva.

(...).

Recurso ordinário conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.

(RHC 64.897/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016).

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. PACIENTE INTEGRANTE DE UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, INCLUSIVE COM O ENVOLVIMENTO DE MENORES. APREENSÃO DE ELEVADA QUANTIDADE DE DROGAS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL ESTADUAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(...).

2. Na espécie, a segregação cautelar foi preservada pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade do recorrente - integrante de uma grande organização criminosa, inclusive com o envolvimento de adolescentes, voltada para a prática de crime de tráfico de drogas em diversas cidades, sendo que o ora recorrente desempenhava importante função no preparo e revenda de drogas na comarca de Rancharia/SP. Outrossim, a grande quantidade apreendida, a variedade, a natureza nociva dos entorpecentes (151 kg de maconha, 2,300 kg de crack e 195g de cocaína) também evidenciam a periculosidade dos integrantes da organização e o efetivo risco à ordem pública, caso permaneçam em liberdade. Prisão preventiva devidamente justificada, nos termos do art. 312 do CPP. Precedentes.

(...).

4. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.

(RHC 54.825/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016).

No mais, da leitura dos autos, conjugada com a verificação do andamento processual, não é possível constatar o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo, ao menos neste juízo superficial que é típico das decisões liminares.

Com efeito, tal vício poderia decorrer da desídia do Poder Judiciário ou da acusação, mas não é o que se extrai destes autos, em que o andamento processual se mostra regular, razão pela qual a tese fundada exclusivamente no transcurso de determinado prazo não pode ser acolhida.

Assim, apesar dos argumentos apresentados pela defesa, não há elementos nos autos que evidenciem a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

